



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

### **ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2011**

----Aos vinte e nove dias do mês de Setembro de dois mil e onze, pelas 20h15m, reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Salão da União Cultural e Desportiva Vilanovense, em Vila Nova de S. Pedro, com seguinte Ordem do Dia. -----

#### **ORDEM DO DIA**

1. Informação do Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal
2. Ratificação de Despachos e Repartição de Encargos:
  - a. Concurso Público para a “Execução do Centro Escolar De Vila Nova da Rainha (DIOM E-36/2011)” P 66/P/2011
  - b. Concurso Público para a “Execução do Centro Escolar De Aveiras de Cima (DIOM E-37/2011)” P 67/P/2011
3. Fixação de Taxas:
  - a. IMI P 75/P/2011
  - b. DERRAMA P 76/P/2011
  - c. TMDP P 77/P/2011
4. Repartição de Encargos - “Fornecimento de Combustíveis Rodoviários” P 72/P/2011
5. Redução Provisória de Taxas - Pavilhão Municipal P 71/P/2011
6. Conselho Consultivo da EMIA - Eleição de 2 Novos Membros
7. Informação

---- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Pratas Cardoso, e secretariaram a reunião o Sr. Lúcio Manuel Cardador Costa, em substituição do 1º Secretário, e o Sr. Francisco Alberto dos Santos Jerónimo, 2º Secretário. -----

---- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais Senhores Carlos Alberto Antunes Nabais, António Batista Marques, António Francisco Nunes Godinho, António José Rodrigues, António Luís Lavado dos Reis, António Manuel Montez Amaral, Daniel Albino Lopes Claro, David José Pinto Mendes, Fernando Emídio Costa, Francisco António Galvão Morgado, Herculano Valada Martins, José Cabral Pinto, Isabel Maria Franco Corrêa, Joaquim Luís Lobato, Joaquim Marques de Jesus Oliveira, José Luís Marques dos Santos, José Manuel Isidoro Pratas, Justino Cláudio de Oliveira, Manuel da Silva Simões Ramos, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Maria de Lourdes

Firmino Piriquito, Nuno Miguel Monteiro Gonçalves, Pedro Manuel Raimundo Duarte Coelho, Cristina Alexandra Susano de Sousa, Dina Teresa Sousa Patrício, Sérgio Paulo Rodrigues Ramos Jorge e Vera Lúcia Raimundo Brás dos Santos. -----

---- Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes os Senhores Joaquim António Sousa Neves Ramos, Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa, Vice-Presidente, Marco António Leal Pereira, Silvino José da Silva Lúcio, António José da Fonseca Nobre e António Jorge de Oliveira Lopes, Vereadores. -----

---- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio para saudar todos os presentes e para informar que os Senhores Rui Augusto Nabais, Ana Sofia Dias Ajuda, Rita Adriana Gonçalves Domingos e Hermínia Eva Leal Mota Abreu iriam ser substituídos, respectivamente, pelos Srs. Dina Teresa Sousa Patrício, Carlos Alberto Antunes Nabais, Cristina Alexandra Susano de Sousa e José Cabral Pinto. -----  
Seguidamente informou de estar constituída a Mesa, haver "quórum" e que, assim sendo, ia dar início aos trabalhos. Referiu também que, por se tratar de uma reunião ordinária, haveria dois períodos antes da ordem do dia, um destinado ao Público e outro aos Senhores Deputados Municipais. -----

#### ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O Sr. Presidente da Mesa perguntou, então, se havia no público quem quisesse intervir. -----

---- Interveio o Sr. José Brás, na qualidade de dirigente da ADCCL, pretendendo chamar a atenção para algumas questões relacionadas com a actividade das colectividades uma vez que está para ser aprovado o regulamento. -----

---- Pediu para intervir também o Sr. Paulo Vasco, munícipe, para perguntar à Câmara que medidas estão a ser tomadas a fim de evitar o encerramento da Estação dos CTT em Aveiras de Cima. Inquiriu sobre o futuro da Vila de Aveiras de Cima, uma vez que consta que a GNR também irá sair. -----

---- Seguidamente, interveio o Sr. Presidente da Câmara para responder a estas questões. -----

Sobre o regulamento das colectividades disse que o mesmo esteve à discussão, tendo sido recolhidas diversas sugestões, entre as quais as apontadas pelo Sr. José Brás, que irão ser apreciadas e, certamente, levadas em conta aquando da elaboração definitiva do referido regulamento. Ainda assim, o Sr. Presidente lembrou que a elaboração de regulamentos tem de obedecer à legislação que existe neste tipo de matérias, nomeadamente, sobre as possibilidades legais de as Autarquias locais atribuírem subsídios. -----

Relativamente aos CTT, o Sr. Presidente disse tratar-se de uma situação que já se arrasta há muito tempo. Apesar das diligências efectuadas para evitar o encerramento da estação da Aveiras, verifica-se que a decisão é irreversível uma vez que, segundo parece, já existe um contrato assinado com uma papelaria para prestar o serviço que tem estado a ser feito pelos CTT. No que concerne ao posto da GNR, a Câmara averiguou o assunto junto dos Comandos da GNR e foi informada de que não havia conhecimento de qualquer intenção de encerrar o referido posto. Ainda assim, o Sr. Presidente disse ter enviado uma carta ao Sr. Ministro da Administração Interna



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

pedindo esclarecimentos sobre o assunto. -----

----- Interveio de seguida o Sr. Fernando Lourenço, munícipe, querendo saber quando é que estação de tratamento de águas residuais de Vila Nova de S. Pedro ia entrar em funcionamento. -----

---- Tomou a palavra o Sr. Vereador Silvino Lúcio para esclarecer o munícipe. Disse que a perspectiva é de que a entrada em funcionamento da ETAR, e respectivas ligações, se efectue em Março de 2012. -----

---- Terminado este ponto, o Sr. Presidente informou que iria dar a palavra aos Senhores Deputados Municipais. -----

---- Tomou a palavra o Sr. Manuel Couceiro. Fazendo uma analogia ao que existia antes em Azambuja e o que irá passar a existir a partir de agora, disse que mais parece um regresso ao passado, devido a boatos sobre o encerramento de vários serviços, nomeadamente, CTT de Aveiras e Alcoentre, GNR, Bancos (Banco Popular, BES, BPI), Finanças e a Segurança social. Acrescentou que o que hoje é um boato, amanhã poderá vir a ser uma dura realidade, sendo estranho que esta situação apenas se verifique no Concelho de Azambuja. O Sr. Deputado acha que esta situação advém do facto de o Partido Socialista se ter preocupado apenas com a logística e não com empresas doutros ramos. -----

---- O Sr. Deputado Municipal António Lavado dos Reis também quis intervir para pedir alguns esclarecimentos à Câmara. Abordou a questão dos CTT e da GNR, falou sobre a falta de empregos no Concelho para os alunos que terminam os cursos profissionais. Quis saber quanto a Câmara gastou com a construção da Praça de Touros e quanto gastou na última tourada com a aquisição de bilhetes. Voltou, uma vez mais, a falar sobre a qualidade do serviço prestado pelas Águas de Azambuja e sobre a sinalização em Aveiras de Cima. -----

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Municipal Daniel Claro. Começou por fazer chegar à Mesa um pedido para consultar alguns processos de ajustes directos relativos a, respectivamente, projecto de beneficiação das Piscinas de Azambuja, reparações diversas em fontanário, instalação de pilarete no Adro da Igreja de Azambuja, lombas redutoras de velocidade nas Freguesias de Aveiras de Baixo e Vila Nova da Rainha, serviços para a elaboração da caracterização do comportamento da saúde dos jovens no Concelho de Azambuja com a prática desportiva e sedentarismo, aquisição de serviços para a elaboração de um estudo e análise à gestão das instalações desportivas municipais - projectos e actividades desportivas do município, reparação de calçadas e pilaretes, reparação e limpeza em bermas das estradas municipais e a reabilitação do Pavilhão Municipal de Azambuja. -----

Quanto ao que foi dito anteriormente pelo Srs. Paulo Vasco e Manuel Couceiro, disse estar inteiramente de acordo até porque há muito que o BE vem alertando para estas situações, para a perda de competitividade do Concelho em comparação com os Concelhos limítrofes e para a falta de um planeamento estratégico que compensasse a não vinda do aeroporto de Ota. Quando foi apresentado o plano de contrapartidas, gozado até à exaustão nas últimas eleições autárquicas, no valor de 400 milhões de euros, o BE disse, em proposta de recomendação apresentada a esta Assembleia

Municipal, que essas contrapartidas não vinham e fez diversas sugestões de renegociação com o governo. Contudo a Câmara nem um passo deu nesse sentido. Por tudo isto o Sr. Deputado fez chegar à mesa a seguinte Proposta: -----

---- *“Proposta -----  
A revisão do PDM e a necessidade de reflectir sobre a estratégia de desenvolvimento do concelho de Azambuja, tornou-se, na actual conjuntura de recessão económica e reorganização administrativa, numa necessidade premente. Consciente disso, a Assembleia Municipal de Azambuja decide: -----*

- *Organizar, até ao primeiro trimestre do ano de 2012, umas “Jornadas para o Desenvolvimento do concelho de Azambuja”;*
- *Estas jornadas deverão ter a participação, entre outros, da Câmara Municipal, Assembleia Municipal, técnicos camarários, associações, empresas, sindicatos com relevância no concelho, etc., segundo modelo a definir pela Comissão Permanente da Assembleia Municipal. -----*

*Vila Nova de S. Pedro, 29 de Setembro de 2011 -----  
Daniel Claro/Membro da Assembleia Municipal”. -----*

---- O Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues quis também intervir neste ponto para falar sobre algumas questões. Uma delas sobre práticas levadas a efeito pela actual administração municipal, nomeadamente, o investimento de 600.000,00 com a nova praça de toiros de Azambuja, inaugurada no último domingo com bilhetes custeados pela Câmara Municipal de Azambuja, prática esta que vem sendo seguida há vários anos. Não fora a crise que se atravessa ainda se compreendiam estes gastos, disse. Contudo, dada a actual conjuntura e porque há outras obras prioritárias que não foram executadas, como a ETAR de Vila Nova de S. Pedro, a construção de um novo mercado diário em Manique do Intendente, o reembolso à junta de Freguesia de Manique relativo ao alargamento do cemitério que serve as populações desta freguesia e da freguesia da Maçussa e outras, considera esta obra um desvario. -----

Foi construído o ramal que liga a Freguesia da Maçussa e Manique do Intendente, que apenas serve um proprietário que possui meio hectare de vinha, em detrimento de uma alternativa à estrada que serve o cemitério de Manique do Intendente, que é menos extensa, e a alternativa ao trânsito de Vila Nova de S. Pedro. -----

Reportando-se a algumas tomadas de posição do Director do IGAL, Sr. Orlando dos santos Nascimento, num documento assinado 23/09/2011, disse que nem sempre o que se apregoa se aplica na prática. Este Organismo tinha competências para as quais muitas vezes fazia orelhas moucas, como, entre outras, a fiscalização às Autarquias que devia ser feita periodicamente e através das denúncias de cidadãos. Deu como exemplo os casos do ATRIUM de Azambuja, que apesar das denúncias, foi licenciado em condições muito duvidosas, e dos subsídios atribuídos pelo Governo Civil de Lisboa à Escola de Música do Alto Concelho, para três Juntas de Freguesia se constituírem em associação de carácter público. Contudo, apenas 2 Juntas, nas pessoas dos seus presidentes e a nível particular, constituíram uma associação, gastaram o dinheiro e não deram conhecimento à Junta de Manique do Intendente. -



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Municipal António Godinho querendo manifestar o seu desagrado com o facto de a Câmara permitir a instalação do parque de estacionamento de Camiões “Luís Simões” à entrada da Vila de Azambuja. Disse tratar-se de uma situação gravíssima na medida em que são 173 camiões a entrar e a sair daquele local e, também, porque a EN3 já está praticamente cheia, irá encher muito mais e não traz vantagens nenhuma para a Vila, nem mais-valias nem emprego. -----

---- O Sr. Deputado Municipal David Mendes pediu também a palavra para lamentar o anúncio do governo sobre extinção do IGAL, muito embora, por vezes, esta entidade não tenha correspondido às expectativas. Articulando esta situação com a votação, em sede de Assembleia da Republica, por parte do PS contra a lei do enriquecimento ilícito, devem ser tiradas as devidas ilações. Disse também o Sr. Deputado que o que está a acontecer a nível de País não é só culpa do PS. O PSD também a tem. Em relação ao que ouviu dizer sobre o encerramento das finanças, dos Correios, da Segurança Social, dos Bancos, etc., acha que a Câmara deve tomar uma atitude. Se as Câmaras Municipais, cada uma com as suas competências, não cuidarem dos seus municípios não servem para nada. Em relação ao desenvolvimento do Alto Concelho, acusa directamente o Sr. Presidente da Câmara de não ter criado condições para o desenvolvimento da área que estava designada no norte do Concelho servindo também Aveiras de Cima. Acrescentou ser da responsabilidade do PS e do Executivo Municipal a situação dos esgotos nesta parte do Concelho, porque tiveram três mandatos para resolver esta situação e não o fizeram. -----

---- O Sr. Deputado Municipal José Manuel Pratas interveio para dizer que a proposta apresentada pelo Sr. Deputado Daniel Claro tem algum fundamento e, por isso, o Partido Socialista concorda que a mesma seja discutida. -----

---- O Sr. Deputado Municipal, Presidente de Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha, Joaquim Marques, interveio dizendo, que a ETAR que existe na sua freguesia foi construída pela junta e que o serviço dos correios à sua população é assegurado também pela sua junta, pelo que a Junta de Aveiras de Cima, em sua opinião, também deveria ficar com este serviço de modo a servir e a cuidar mais da sua população. -----

----- Em defesa da honra o Sr. Deputado Municipal, Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima, pediu a palavra dizendo ser lamentável que um colega Presidente de Junta ataque outro directamente, logo o Presidente de Vila Nova da Rainha que tanto tem beneficiado com as ajudas da Câmara. -----

Sobre os Correios, disse que a Junta de Freguesia de Aveiras de Cima, acerca de 4 anos, fez circular um abaixo-assinado, tendo recolhido 1.800 assinaturas, que foi enviado às entidades competentes, incluído a Câmara. -----

---- Para responder às questões colocadas pelos Sr. Deputados Municipais interveio o Sr. Presidente da Câmara. Referindo o ditado popular “onde há fumo há fogo”, o Sr. Presidente disse que, tal como se ouviu há dias o boato de que iria fechar a GNR de Aveiras de Cima, também se ouviu iguais boatos sobre o encerramento dos serviços

de Finanças e de Segurança Social de Azambuja e acrescentou que a posição da Câmara sobre esta matéria tem sido, sistematicamente, a mesma e recordou a posição tomada quando o Governo decidiu encerrar o serviço de atendimento permanente no Centro de Saúde de Azambuja. Manifestou-se contra, foram efectuadas diligências, muito embora em vão, mas o que é facto é que se fizeram. --- Tal como já havia sido feito para o Ministro da Administração Interna, o Sr. Presidente pediu, igualmente por escrito, esclarecimentos aos Srs. Ministros das Finanças e da Solidariedade Social sobre o encerramento destes serviços, até mesmo correndo o risco de se estar a levantar alguma "lebre" daquilo que não passa, até agora, de um boato. Inserida na política do Banco Popular, sabe que a agência deste Banco em Azambuja vai, efectivamente, encerrar mas em relação a outros bancos disse não ter ainda conhecimento de nada. -----

Relativamente à praça de touros, disse já ter explicado por diversas vezes que a decisão de se avançar com a obra não foi tomada de ânimo leve. Uma das razões foi a requalificação paisagística do campo da feira e da entrada poente de Azambuja e outra foi a defesa da identidade cultural de uma comunidade. -----

Sobre o desenvolvimento do Concelho, o Sr. Presidente referiu que também gostava que, para além da logística, houvesse interesse de firmas de grande incorporação de valor acrescentado e de tecnologia de ponta em se instalarem no nosso Concelho, só que este tipo de empresas não se instalam no nosso país, muito pelo contrário. As poucas que existem estão a sair dele. Na realidade, acrescentou, actualmente, a única janela de oportunidade que existe é, efectivamente, a logística. -----

Alegou não ter descurado as zonas industriais Aveiras de Cima/Alcoentre em detrimento da zona industrial Azambuja/Vila Nova da Rainha, conforme foi referido pelo Sr. Deputado Municipal David Mendes e, a comprová-lo, iria fazer chegar uma listagem desde 2002 para cá sobre as empresas que se instalaram nessa zona e sobre as empresas que, sem serem da área da logística, têm projectos significativos para Aveiras de Cima/Alcoentre, alguns deles até já em fase de execução. -----

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Municipal Daniel Claro, disse concordar inteiramente com a proposta apresentada por ser extremamente oportuna, até porque crê que o Sr. Presidente da Assembleia terá já distribuído aos Grupos, com assento na Assembleia Municipal, a versão preliminar do Plano Estratégico do Concelho, que foi bastante participado, sendo por isso chegada a hora de se discutir as ideias que vêm plasmadas nesse programa estratégico preliminar. Portanto, serão muito oportunas as referidas jornadas parlamentares. -----

O Sr. Presidente autorizou a consulta dos processos referidos pelo mesmo Deputado Municipal. -----

Avançando para outras matérias, disse que a Câmara de Azambuja tem sido escrutinada por todas as instituições com poderes inspectivos deste país. Desde que é Presidente de Câmara, já cá estiveram a Inspeção Geral das Finanças, o IGAL e, este ano, o Tribunal de Contas e orgulha-se de nenhuma destas entidades ter descortinado qualquer irregularidade grave a não ser, como é natural, aquelas pequenas coisas que carecem de uma ou outra correcção. Referiu ainda o facto de,



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

sistematicamente, ser solicitado a prestar esclarecimentos ao IGAL relativamente a queixas que são apresentadas por particulares. Acrescentou que até à Policia Judiciária já foi prestar esclarecimentos por denúncias anónimas. -----  
Sobre o troço de estrada Maçussa/Manique do Intendente, o Sr. Presidente disse que a mesma foi construída através dos fundos comunitários. A estrada do Cemitério de Manique foi intervencionada pela Câmara. -----  
No que diz respeito à sinalização em Aveiras de Cima, o Sr. Presidente informou que o trabalho está praticamente concluído e, sobre o pólo de transporte de mercadorias à entrada de da vila de Azambuja, disse estar-se a fazer um plano de pormenor que acautelará as questões de circulação e de segurança. -----  
Sobre o aumento da facturação por via da substituição dos contadores, o Sr. Presidente disse que irá mandar verificar a situação. -----  
No Alto Concelho, em matéria de esgotos, o Sr. Presidente informou que foi feito tudo. Foram feitas todas as redes de esgotos e criaram-se condições para que outras fossem realizadas. Falta apenas a reconversão da rede de Manique que será executada no próximo ano pela Águas de Azambuja. -----  
---- Concluídas as intervenções neste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia tomou a palavra para informar que a correspondência estava à disposição, para consulta dos Srs. Deputados Municipais, e que iria submeter à votação a acta da reunião extraordinária da Assembleia Municipal de 18 de Junho de 2011. -----  
Realizada a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com 26 votos a favor e 4 abstenções. -----  
Foi igualmente colocada à votação, depois de lida, a Proposta apresentada pelo BE para a realização de Jornadas Parlamentares para o Desenvolvimento do Concelho de Azambuja, tendo sido aprovada por unanimidade. -----  
Posto isto, e antes de entrar no período da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Assembleia suspendeu os trabalhos para um intervalo de cerca de cinco minutos. -----  
tem vindo repetidamente a solicitá-las.

### **ORDEM DO DIA**

#### **1. Informação do Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal**

---- O Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra para fazer a apresentação da matéria constante deste documento. Referiu que, no seguimento de algumas recomendações por parte de alguns Senhores Deputados Municipais, foi dado outro tipo de estrutura a esta informação tentando dar um cumprimento mais cabal às exigências do Regimento da Assembleia Municipal. Pretendeu igualmente informar, por dizer também respeito à Assembleia, que, dada a politica de contenção de custos que a Câmara está a implementar, o DIOM irá passar a funcionar no Pavilhão Multiusos do Pátio do Valverde, uma vez que as instalações onde está a funcionar actualmente são alugadas. -----  
Informou ainda o Sr. Presidente ter estudado o livro verde para as autarquias locais, o qual para além das consequências que trará em termos de estrutura política dos

órgãos que decorrerão das próximas eleições autárquicas de 2013, este livro contempla matérias, como as empresas municipais e os cargos dirigentes, que irão merecer uma proposta da Câmara num futuro relativamente próximo. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Municipal Daniel Claro dizendo congratular-se com as alterações feitas a este documento, na medida em que o BE tem vindo repetidamente a solicitá-las. Sobre o conteúdo do livro verde referido pelo Sr. Presidente, o Sr. Deputado disse que as medidas a serem tomadas deverão merecer uma análise cuidada desta Assembleia. -----

-Relativamente à actividade municipal, disse pretender colocar duas questões. Uma delas sobre a implantação do Conselho da Juventude, uma vez que a Câmara arrancou com este projecto e, na sua opinião, deverá dar-lhe sequência. A outra trata-se de pessoas que devem à Câmara. Disse achar bem que quem deve não deve beneficiar do subsídio de apoio a carenciados, todavia pensa que se deveria encontrar uma solução. Nesse sentido, sugeriu que se fizesse um acordo de modo a que as pessoas que têm dívidas pudessem beneficiar desse apoio para, assim, as irem pagando a prestações. Relativamente a esta situação, o Sr. Deputado obteve de imediato a resposta do Sr. Vice-Presidente de que esta prática já estava implementada. -----

Sobre a Informação à Assembleia propriamente dita, disse que gostaria de ver aqui, neste documento, uma pequena análise feita pelo Executivo da Câmara e uma projecção para o próximo trimestre relativamente à situação financeira da Câmara. Como a informação não trás o dito relatório, o Sr. Deputado Municipal fez chegar à mesa um pedido de agendamento de uma reunião extraordinária, onde deverão ser debatidos a situação financeira da Câmara de Azambuja e o processo de revisão do PDM. -----

Entrando na análise da informação municipal, o Sr. Deputado disse não ter visto mencionado neste documento o tão falado parque de estacionamento. O BE considera que o que está em análise relativamente a este assunto, mais do que as questões legais e a sua localização, é toda a faixa fronteira à Vila de Azambuja com os parques de estacionamento automóvel e com o que se projecta fazer para a Quinta da Marquesa que, do ponto de vista do BE, não deve ser vista parcelarmente. Considerando, também, que a hora de saída e de entrada dos camiões irá coincidir com as horas de ponta, o Sr. Deputado disse aguardar atentamente pelo plano de pormenor referido pelo Sr. Presidente da Câmara. Disse ainda não querer deixar de referir a ligeireza com que o Sr. Presidente se refere a matérias de planeamento e ordenamento do território, uma vez que foi referido que aquele parque é importante para evitar a deslocalização da empresa. Ora, disse, o Luís Simões tem muito pouco no Concelho de Azambuja mas, mesmo que tivesse alguma coisa, o que o Sr. Presidente tem de dizer à Assembleia Municipal é o que poderá implicar a deslocalização das empresas logísticas do Concelho, não é a criação de um parque de estacionamento mas sim o facto, que muitas pessoas desconhecem, de que Azambuja não faz parte da zona logística nacional. Com a entrada em funcionamento do Poceirão e o acesso á linha de velocidade alta teremos um sério problema de



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

competitividade nesta matéria. Por tudo isto, na opinião do Sr. Deputado Municipal Daniel Claro, o que se deveria estar a discutir era a criação de zonas para a implantação de bens transaccionáveis. -----

Prosseguindo, quis saber se na lista fornecida estão mencionados todos os processos judiciais da Câmara. Partindo do princípio que constam todos, o Sr. Deputado disse continuar a ter algumas inquietações relativamente aos processos da Águas do Oeste. Sobretudo num, que conheceu agora pela primeira vez, que, a ser desfavorável à Câmara, tem uma gravidade extrema para o futuro do Concelho. O processo 1277/09 - Adjudicação em Concurso Público Internacional Águas de Azambuja: autor, Tomás de Oliveira Empreiteiros SA e Outros; réu Município de Azambuja; Contra-Interessados AGS SA e Outros; aguarda-se a sentença. Neste caso, se for a impugnação do concurso, o Sr. Presidente da Câmara já deveria ter informado a Assembleia sobre o que está aqui em causa, uma vez que, a ser assim, poderá vir a ter implicações muito graves para o Município. -----

---- Seguidamente, interveio o Sr. Deputado Municipal António Godinho dizendo que as obras do parque de estacionamento continuam a decorrer, apesar de ainda não ter havido discussão do plano de pormenor. -----

Sobre o documento da actividade municipal, concordou que o mesmo melhorou com a nova apresentação. Em relação aos processos judiciais em curso, sabendo que 12 são injunções das Águas do Oeste ao Município de Azambuja, o Sr. Deputado quis saber se a Câmara está provisionada para o caso de perder estes processos, ou se esta é mais uma dívida a juntar à enorme dívida que o Município de Azambuja já tem. -----

A terminar a sua intervenção quis ser esclarecido sobre a situação do processo das isenções fiscais à OPEL. -----

---- Pediu também a palavra o Sr. Deputado Municipal David Mendes. -----

Relativamente à logística observou que o Sr. Presidente da Câmara, na sua intervenção, disse que os Presidentes de Câmara limítrofes tinham-no cumprimentado pelo facto de Azambuja ter um bom parque de empresas de logística. Referiu que a logística não é garantida, sendo até provável que as empresas comecem a sair num futuro próximo, facto que é também do conhecimento do Sr. Presidente da Câmara. O Sr. Deputado pensa que em toda a estratégia do Sr. Presidente existe um erro original porque, nos primeiros 8 anos de mandato, apontou todo o desenvolvimento para o desenvolvimento imobiliário e para os planos de pormenor. Como não vai conseguir fazê-lo de outro modo, no 3º mandato, provavelmente, o seu sucessor ficará com essa cruz para carregar. -----

Ainda em termos da logística, retirando a CLC e outras indústrias, o Sr. Deputado quis saber quanto é que representa a receita da derrama para o Município. -----

Relativamente ao documento em apreço, pretendeu ser esclarecido sobre a verba indicada como adiantamentos por conta de vendas no valor de 1.134.744,00 euros. Terminou censurando a forma como tem sido conduzido o processo da OPEL, uma vez que foi criada, há anos, a ideia de ter sido instituído ao Governo PS um processo para

ressarcir o Município dos benefícios fiscais fornecidos à OPEL, quando se verifica agora que o processo está ainda em preparação, o que quer dizer que nada foi feito.

---- A seguir, interveio o Sr. Deputado Herculano Martins pretendendo esclarecer algumas dúvidas. No que se refere à reparação de calçadas e pilaretes, quis saber se a mesma se destina ao Concelho em geral ou se é só para Azambuja. Sobre a iluminação, a reparação dos parques infantis e a limpeza das linhas de água (Ribeira do Judeu), quis saber se Manique do intendente irá ser contemplada. Voltou a mencionar a situação da Internet da Ribatejo Digital, que não funciona mas continua ser facturada. -----

---- Finalizou a sua intervenção dizendo que na parte final de documento vem mencionado a activação, em fase experimental por 6 meses, de um novo sistema de abastecimento de água em Arrifana não sabendo ele do que se trata e, por isso, pretendeu ser esclarecido. -----

---- O Sr. Justino Oliveira pediu para intervir querendo colocar algumas questões. Começou por dizer que, no seu pondo de vista, há serviços que estão a decair. Um deles é a recolha do lixo. Chamou também a atenção para o facto de a Câmara ainda não lhe ter adiantado nada sobre o Parque Urbano da Milhariça e alertou para o mau estado das calçadas. Relativamente ao documento em si, quis saber o ponto de situação do emissário que Vale do Brejo/Inglesas e dos parques infantis. Felicitou a Câmara pela obra realizada na Escola, embora lamente que a mesma não tivesse sido pintada. Deu ainda nota de não ter havido qualquer referência, neste documento, às relações com as freguesias. -----

---- A seguir, pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal António Lavado dos Reis. Questionou a Câmara sobre a forma como estão a ser executadas as reparações das calçadas e sobre a utilização do Estádio Municipal. Relativamente aos planos de emergência na CLC, pretendeu saber se estes incluem as freguesias de Aveiras de Cima e Alcoentre. - -----

---- O Sr. Deputado Municipal José Manuel Pratas interveio para felicitar a Câmara por toda a actividade desenvolvida e espelhada nesta informação. -----

---- Interveio a seguir o Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues. Começou por dizer que a forma como este documento foi agora apresentado melhorou significativamente. Todavia, no que se refere às actividades de EMIA, ainda consta a repetição de alguns factos. -----

---- Seguidamente pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal Pedro Coelho. Referindo-se ao Centro Escolar Boavida Canada, recentemente inaugurado, disse que o mesmo está bonito e tem condições, mas que, ainda assim, apresenta algumas deficiências que devem ser corrigidas como, por exemplo, a escada de acesso ao 1º andar. Nesta escada, desde que o Centro entrou em funcionamento, quase diariamente ocorrem acidentes com crianças que têm de ser levadas de ambulância ao hospital. Alertou para a existência de conflitos que culminam com o apelo à intervenção das forças de segurança. Chamou também a atenção para o facto de as crianças não terem onde se abrigar, enquanto aguardam pela entrada para as aulas, quer seja inverno quer seja



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

verão, uma vez que a aquele espaço é descoberto. Questionou ainda a Câmara sobre o controlo de acesso (entradas e saídas) das crianças ao centro escolar. -----

---- Para prestar os devidos esclarecimentos tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara. -----

Relativamente à situação financeira da Câmara reconheceu que é de facto grave, bem como a da generalidade das Câmaras, dada a actual conjuntura. -----

---- Sobre a entrada e saídas dos camiões informou que apenas se limitou a dizer o que está escrito na memória descritiva do processo de licenciamento da firma Luís Simões que se insere num plano de pormenor em que foi licenciada uma parte correspondente ao que era urbanizável. A empresa avançou para a parte que não tinha legitimidade para o fazer e, por isso, realizada a fiscalização, foi feito o processo de contra-ordenação que está a seguir os trâmites normais. -----

O processo judicial contra a Águas da Azambuja deu-se aquando do concurso de concessão em que uma das empresas concorrentes contestou. O processo voltou a ser analisado pelo Júri, que considerou que a mesma não tinha razão. Daí a essa empresa ter avançado com um processo judicial. -----

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado Herculano Martins esclareceu que a Câmara tem uma linha de crédito para fazer as intervenções nos parques infantis, a fim de os pôr de acordo com a legislação em vigor. Referiu que a limpeza das linhas de água em meio urbano é da Câmara e, em meio rural, é dos proprietários, pelo que só através de um processo de acesso a fundos comunitários e, eventualmente, através do programa PRODER é que se poderá avançar para a situação mencionada pelo Sr. Deputado Municipal. Informou também o Sr. Presidente que a Câmara já não está a pagar a internet e o novo sistema de abastecimento de água à Arrifana é o do novo furo e do depósito feito pelas Águas do Oeste, que irá agora entrar numa fase experimental. -----

No que se refere às perguntas do Sr. Deputado Municipal Justino Oliveira informou que as calçadas dizem respeito ao Concelho todo, sendo que Aveiras de Cima também está incluída. Não vem nada escrito sobre as relações com as freguesias por achar tratar-se de relações institucionais, de quotidiano e de proximidade. As intervenções nas Escolas EB1 e Secundária foram as possíveis e o emissário do Vale do Brejo está preso devido a um litígio entre a Águas do Oeste e um proprietário que, segundo parece, teve que avançar para um processo de expropriação por não terem chegado a acordo quanto ao valor dos terrenos. -----

Quanto aos pedidos de esclarecimento do Sr. António Lavado dos Reis, o Sr. Presidente informou que o Estádio Municipal tem bastante utilização e o plano de emergência da CLC inclui as freguesias de Aveiras de Cima e Alcoentre. -----

Respondendo às questões sobre o novo Centro Escolar de Azambuja, colocadas pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Coelho, o Sr. Presidente adiantou que todas as pessoas que o conhecem dizem que é uma das melhores escolas do Distrito de Lisboa. Naturalmente que terão de se fazer alguns acertos, corrigindo até algumas situações referidas pelo Sr. Deputado. Sobre o controlo de acesso à escola disse ue este é da

exclusiva responsabilidade do Agrupamento Escolar, no entanto iria falar com o Sr. Prof. José Manuel Franco. -----

No que diz respeito aos adiantamentos por conta de vendas, o Sr. Presidiste informou que se trata de facturação que ainda não está confirmada pelos serviços. -----

Relativamente às Águas do Oeste disse que as injunções foram suspensas porque já está praticamente fechado o acordo entre aquela empresa e a Câmara. O Sr. Presidente congratula-se com o facto de ter sido persistente no que diz respeito a este acordo, uma vez que o arrastar da situação permitiu valorizar a participação da Câmara em 1.600.000 euros. -----

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Daniel Claro. Referindo-se a uma expressão utilizada pelo Sr. Deputado Municipal José Manuel de Pratas de que, não fora a Praça de Touros, estar-se-ia no melhor dos mundos, disse que, de facto, esse é o problema. A Praça de Touros, face à conjuntura económica em que foi decidida, e face à conjuntura financeira da Câmara, apesar de ter sido alertada para o que estava a fazer, tornou-se uma obra emblemática, que irá perseguir o Sr. Presidente da Câmara até ao final do seu mandato. A polémica da Praça de Touros, dados os compromissos que vai envolver e que já envolvem, não só não está encerrada como ainda agora “o pilarete” vai no ar. -----

---- O Sr. Herculano Martins interveio novamente para dizer que a sua junta de freguesia não tinha conhecimento da linha de crédito destinada á reparação de parques infantis, e por isso perguntou se a Câmara irá ressarcir a Junta pelo valor correspondente às intervenções que fez nos dois parques infantis. -----

---- Interveio também o Sr. Deputado Municipal Francisco Morgado dizendo que a reparação do parque de Alcoentre foi feita em consequência da intempérie que se abateu no Alto Concelho na noite de 23 para 24 de Dezembro de 2009. -----

---- Voltou a intervir o Sr. Deputado David Mendes dizendo que o Sr. Presidente da Câmara não fez qualquer referência à derrama pelo que se parte do princípio de que não faz ideia de qual é o seu valor, em percentagem, sobre a logística, mas ainda assim quis saber se os serviços estariam em condições de prestar essa informação, ao que o Sr. Presidente da Câmara de imediato respondeu que não. Perante tal resposta, o Sr. Deputado Municipal disse que este mito irá permanecer e, nesse sentido, até prova em contrário, a logística é uma mentira. Abordando outros assuntos relacionados com o documento, disse que já por diversas vezes alertou a Câmara para a necessidade de entrar em contacto com o Cartaxo a fim de fazer o acesso que liga o Alto Concelho ao nó da Auto-Estrada, uma vez que, do seu ponto de vista, para o desenvolvimento do Concelho essa obra seria fundamental. Aproveitando este tema, acrescentou que teria sido muito interessante que o Sr. Presidente da Junta de Vila Nova de S. Pedro tivesse feito uma intervenção curta e sintética daquilo que são as suas aspirações para aquela freguesia. Sobre o processo das isenções fiscais da OPEL, disse concluir-se que, durante todo o mandato do Partido Socialista no Governo, o Sr. Presidente da Câmara nunca quis afrontá-lo. No entanto, perante o outro partido, fá-lo já, só que agora não há dinheiro. Perante tal facto “fomos roubados” e com a conivência da Câmara Municipal, acrescentou. -----



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para dizer que o projecto da Milharia, conforme havia já informado anteriormente, em Outubro será apresentado. -----

Relativamente à derrama, esclareceu que não há hipótese de saber a origem das receitas que são municipais e que são cobradas pelo Estado, apesar das inúmeras tentativas. Já se contactou a Direcção Geral dos Impostos para que dê nota ou acesso a essas origens da derrama, mas foi em vão. Também a ANMP se tem manifestado sobre a falta desta informação às Câmaras. Sobre o nó da Auto-Estrada referido, o Sr. Presidente disse que aquele nó foi aberto acerca de 7/8 anos e, até hoje, não houve uma única indústria que se tivesse instalado no Parque Industrial do Cartaxo. - ----- Quanto à OPEL, o Sr. Presidente informou estar na posse de um despacho do Sr. Secretário de Estado das Finanças a determinar a entrega desses valores à Câmara, na sequência de um processo que pôs em Tribunal, porque a Direcção Geral das Contribuições e Impostos não queria fornecer à Câmara os valores das isenções que tinham sido feitas sobre os impostos municipais. Foi este o processo que seguiu para o Tribunal e que obrigou as finanças a fornecerem esses valores. -----

---- Esgotada a discussão deste ponto o Sr. Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte. -----

### **1. Ratificação de Despachos e Repartição de Encargos:**

#### **a. Concurso Público para a “Execução do Centro Escolar**

**De Vila Nova da Rainha (DIOM E-36/2011)” P 66/P/2011**

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio para fazer uma breve apresentação da matéria constante desta proposta e da proposta seguinte. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro interveio para dizer que esta proposta vem devidamente acompanhada de todos os documentos de suporte. -----

Não havendo outras intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a presente proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 24 votos a favor (18 do PS, 5 da CDU e 1 do BE) e 4 votos contra da Coligação PFNT -----

#### **b. Concurso Público para a “Execução do Centro Escolar**

**De Aveiras de Cima (DIOM E-37/2011)” P 67/P/2011**

---- Não havendo intervenções, o Sr. Presidente da assembleia colocou esta proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 24 votos a favor (18 do PS, 5 da CDU e 1 do BE) e 4 votos contra da Coligação PFNT -----

### **1. Fixação de Taxas:**

#### **a. IMI**

**P 75/P/2011**

---- O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação da matéria constante deste ponto. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Municipal David Mendes para dizer que quase todos os municípios estão a praticar taxas máximas, excepto Lisboa que as baixou ligeiramente. Contudo, prevê-se que em sede governamental o cálculo das taxas sobre o valor tributável irá fazer aumentar o IMI. Mediante este facto, o Sr. Deputado crê que as Câmaras, a nossa em particular porque é a que nos diz respeito, deveriam baixá-las um pouco por forma aliviar os já sobrecarregados cidadãos. Mantendo as

taxas, com este novo método de cálculo poder-se-á alcançar valores inoportáveis, não só para os prédios que ainda não foram avaliados segundo as novas regras, como também para os jovens que deixaram de beneficiar da isenção do IMI. Segundo o Sr. Deputado, a Câmara de Azambuja não foi sensível a este fenómeno. ....

Também na sua opinião, as dificuldades financeiras devem-se a dívidas resultantes de investimentos. A Câmara pensou interpretar o querer das populações, mas algumas obras eram absolutamente dispensáveis, nomeadamente, a construção da praça de touros e de algumas estradas. ....

----Seguidamente, pediu a palavra o Sr. Deputado Daniel Claro. Disse a questão apontada pelo Deputado que o antecedeu não se compadece apenas com “o foi sempre assim, vamos lá a manter isto e a ANMP recomenda assim e o governo vai mudar assado”. A realidade é que não se sabe o sentido completo do que o Governo irá fazer. Sendo verdade que a situação financeira da Câmara, já escalpelizada aqui por diversas vezes, é gravíssima é também verdade que quem continua a pagar os desmandos dos Governos e até da gestão das Câmaras Municipais é sempre o mesmo. O Sr. Deputado recomendou que para o próximo ano esta matéria do IMI seja objecto de uma reflexão. Aproveitou para informar que o BE se irá abster na votação desta proposta. ....

---- O Sr. Deputado Municipal Herculano Martins também quis intervir para dizer que, segundo consta, os prédios rústicos vão ser avaliados. Como, actualmente, eles têm valores muito baixos, o Sr. Deputado quis saber se com a nova actualização as pessoas irão pagar muito mais, uma vez que até 2013 os prédios irão ser todos avaliados. ....

---- O Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra para dizer que estas taxas são fixadas anualmente, o que quer dizer que no próximo ano irão ser novamente discutidas. Havendo essa anunciada revolução nas taxas do IMI, a mesma terá que, certamente, ter um período de adaptação ao que for determinado. ....

---- Discutido este assunto, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta número P 75/P/2011 à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 17 votos a favor do PS, 5 votos contra da CDU e 5 abstenções (4 da Coligação PFNT e 1 do BE). ....

---- Foi presente à Mesa um requerimento do Grupo do PS para a continuação dos trabalhos até serem discutidos todos os pontos da Ordem do Dia, pelo máximo de 1 hora, o qual, após a votação, foi aprovado por unanimidade. ....

#### **b. DERRAMA**

**P 76/P/2011**

---- Pediu para intervir o Sr. Deputado Municipal Daniel Claro para informar que o BE vai votar favoravelmente esta proposta, todavia com a ressalva de que gostaria que a Câmara estudasse a hipótese de introduzir uma taxa reduzida para as micro e pequenas empresas, de acordo com o que é legal e que pode ser feito. .... Já em relação à proposta seguinte -TMDP - , o Sr. Deputado afirmou que o BE irá votar contra, por achar que esta taxa se trata de um “roubo”, um “esbulho” e um “assalto”, uma vez que a Câmara não tem qualquer controle sobre a mesma. ....



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

Afirmou, igualmente, que os munícipes estão a pagar uma taxa apenas para financiar estas empresas privadas. -----

---- Não havendo outras intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P 76/P/2011 à votação tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 23 votos a favor (17 do PS, 5 da CDU e 1 do BE) e 4 abstenções da Coligação PFNT. ---

### **c. TMDP**

**P 77/P/2011**

---- O Sr. Deputado Municipal David Mendes interveio dizendo estar um pouco de acordo com o que foi dito pelo Sr. Daniel Claro, no entanto crê que os cabos de passagem estão ou deveriam estar cadastrados no Município, pelo que através de um levantamento seria fácil verificar o que há de verdade na intervenção daquele Deputado Municipal, por forma a poder confrontar a PT e a esclarecer também os munícipes. -----

---- Terminada a discussão deste assunto, o Sr. Presidente da assembleia colocou a proposta nº P 77/P/2011 à votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 26 votos a favor (17 do PS, 4 da Coligação PFNT e 5 da CDU) e 1 voto contra do BE. --

### **4. Repartição de Encargos - "Fornecimento de Combustíveis Rodoviários"**

**P 72/P/2011**

---- Para fazer a apresentação desta proposta interveio o Sr. Presidente da Câmara. -

---- Não havendo intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P 72/P/2011 à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

### **5. Redução Provisória de Taxas - Pavilhão Municipal**

**P 71/P/2011**

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio para dar uma breve explicação sobre a apresentação desta proposta. -----

---- Não havendo intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P 71/P/2011 à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

### **6. Conselho Consultivo da EMIA - Eleição de 2 Novos Membros**

---- O Sr. Deputado Manuel Couceiro quis intervir para dizer que a razão da demissão dos elementos da Coligação PFNT se deve ao facto de, durante cerca de um ano e meio, o Conselho Consultivo da EMIA nunca ter reunido. Na sua opinião, houve falta de consideração para com o Sr. Vereador António Jorge Lopes e para com ele próprio, enquanto representante dos utentes. -----

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Municipal Daniel Claro dizendo que, no início do mandato, foram eleitos deputados para as mais diversas comissões, nomeadamente, saúde, caça, floresta, pesca, etc., bem como os elementos para o Conselho Consultivo da EMIA. Através dos elementos da Coligação PFNT, o BE teve conhecimento de que este nunca havia reunido. No entanto, em relação aos elementos indicados para outras comissões, disse lamentar o facto de não haver, anualmente, pelo menos um relatório a informar a Assembleia daquilo que se passa em cada uma delas. -----

---- O Sr. Deputado Herculano Martins interveio para esclarecer que foi indicado, nesta Assembleia, para representante do Conselho Consultivo, na qualidade de representante de junta. Este órgão só reuniu uma vez, e apenas para a tomada de

posse dos seus elementos, no dia 17 de Dezembro de 2009. O Sr. Deputado fez também referência ao estipulado no art.º 23 dos estatutos. -----

---- Interveio o Sr. Deputado António Godinho para informar que nas reuniões em que participou no ACES deu sempre nota dos trabalhos que foram sendo desenvolvidos. Em relação ao assunto em apreço, o Sr. Deputado informou que os Deputados da Coligação PFNT não apresentariam propostas nem iriam participar nesta votação. ----

---- O Sr. Deputado David Mendes interveio dizendo querer ouvir do Presidente do Executivo da EMIA a razão de nunca ter consultado o Conselho Consultivo. -----

---- Interveio, a seguir, o Sr. Presidente da Câmara para informar que o Conselho Consultivo da EMIA é um órgão completamente independente da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. Os Estatutos dizem que ao Conselho Consultivo compete reunir e nomear os seus órgãos, pelo que, se nunca reuniu, a responsabilidade não pode ser atribuída ao Conselho de Administração, mas sim ao próprio Conselho Consultivo. -----

---- O Sr. Manuel Couceiro pediu mais uma vez para intervir nesta matéria dizendo achar ridículo a criação de um conselho consultivo que depois não é nomeado pela Direcção. Disse, também, que podia disponibilizar a correspondência trocada entre a Coligação PFNT e a EMIA sobre a realização de reuniões daquele órgão. -----

---- O Sr. Deputado Daniel Claro também quis dar a sua opinião neste assunto. Disse que se estava a tratar de um assunto muito sério. A EMIA é uma empresa constituída pela Câmara Municipal, que hoje tem competências muito sérias e muito alargadas no conjunto da actividade do município. Competências essas que, inclusivamente, passam ao lado da fiscalização desta Assembleia Municipal, daí a constituição desse Conselho Consultivo. Nesse sentido, acrescentou, que a culpa não pode morrer solteira. Alguém elaborou aqueles estatutos e esse alguém foi a maioria socialista que governa a Câmara. Ser maioria, na sua opinião, também tem a responsabilidade de proceder no terreno à operacionalização dos instrumentos que dão corpo a um determinado conjunto de coisas. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara disse que a EMIA, nos termos dos seus estatutos, é exclusivamente escrutinada pela Câmara Municipal, à qual, semestralmente, presta as suas respectivas contas. Não consta dos estatutos da EMIA, nem da lei do sector empresarial local, o reporte directo à Assembleia Municipal. Acrescentou não ter conhecimento de ter havido alguém que se tivesse dirigido à EMIA e que tivesse contactado os membros a fim de se reunirem. -----

---- Na opinião do Sr. Deputado David Mendes, se o órgão e as entidades estão nomeadas logo estão constituídas. Deste modo, um órgão constituído mesmo sem regulamento continuará constituído. O regulamento apenas diz respeito ao próprio órgão e às relações internas entre as várias entidades componentes desse órgão. Não diz respeito às relações que esse órgão já constituído terá com as outras entidades a ele exteriores. Assim sendo, continua a querer saber porque é o Sr. Presidente da Câmara nunca achou necessário consultar o Conselho Consultivo. -----



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio para dizer que não faz parte do Conselho Consultivo da EMIA, sendo que este órgão é que tem de reunir e pedir esclarecimentos sobre a actividade desta empresa. -----

---- O Sr. Deputado Daniel Claro interveio novamente dizendo que uma questão era perfeitamente clara. A EMIA diz nos seus estatutos que existem determinados documentos que tem de submeter ao parecer do Conselho Consultivo. Assim sendo quis saber se a EMIA e o seu Conselho de Administração alguma vez tomou a iniciativa de remeter para o Conselho Consultivo esses documentos. Segundo o Sr. Deputado estamos perante duas situações. Uma, é saber se o Conselho Consultivo fez o seu trabalho de casa e se nomeou os seus órgãos. A outra é o cumprimento dos estatutos por parte da EMIA. A verdade é que o Conselho de Administração da EMIA não cumpriu os estatutos e nunca enviou nada para o Conselho Consultivo quando este existia, porque foi empossado, apesar de não ter nem regimento nem mesa. -----

---- O Sr. José Manuel Pratas interveio para apresentar uma proposta de substituição dos dois elementos para o Conselho Consultivo da EMIA. -----

---- Depois destas intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia anunciou os candidatos apresentados pelo Grupo do PS: -----

- António Manuel Montez Amaral - Presidente de Junta de Freguesia
- Joaquim Luís Lobato - Representante dos Utentes

---- Não havendo outras listas o Sr. Presidente da Assembleia procedeu à votação. ----

---- Votaram 21 Deputados Municipais. -----

---- Votos SIM: 18 -----

---- Votos Brancos: 2 -----

---- Votos Nulos: 1 -----

---- Foram eleitos os candidatos acima identificados -----

A Coligação PFNT e os Srs. António Luís Lavado dos Reis, Herculano Valada Martins e José Cabral Pinto, da CDU, abandonaram a sala durante a votação. -----

### **7. Informação**

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação prestada pela Sra. Vereadora Ana Maria Correia Ferreira sobre a acumulação de funções. -----

### **APROVAÇÃO POR MINUTA**

---- O Segundo Secretário da Mesa passou à leitura, em voz alta, da minuta da acta da presente reunião, findo o que foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

---- Esta acta foi aprovada por minuta no final da reunião, por a Assembleia Municipal o ter deliberado, nos termos do nº 3, do artº 92º, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

### **ENCERRAMENTO**

----Eram zero horas e quarenta minutos do dia trinta de Setembro de dois mil e onze, quando o Sr. Presidente da Mesa, fazendo uma breve alusão aos tempos utilizados, deu por encerrada a reunião. -----

Para constar se lavrou a presente acta, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----

